

INFORMATIVO TRIMESTRAL 4º TRIMESTRE DE 2002

Este informativo trimestral, emitido pela área de Relações com Investidores, tem como objetivo manter os acionistas, investidores, analistas de mercado e a comunidade financeira em geral, informada sobre o resultado econômico financeiro da Eletropaulo. Conforme mencionado em trimestres anteriores, este relatório passou a ser um dos veículos de comunicação da empresa junto ao Mercado, mantendo a política de transparência de seus resultados e estratégias.

Caso necessitem de informações adicionais às contidas neste relatório, favor entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail marketrelations@eletropaulo.com.br ou pelo telefone 55.11.5501-7421.

INTRODUÇÃO

O ano de 2002 foi ainda um ano de grandes desafios para o setor elétrico brasileiro, devido principalmente ao programa de racionamento de energia implementado pelo governo por intermédio da Medida Provisória 2148-1 de 22/05/2001. Apesar de extinto a partir de março de 2002, entretanto, o racionamento ainda impactou significativamente o consumo de energia elétrica no país.

I) O ACORDO GERAL DO SETOR

A Medida Provisória nº 14 de 29/04/2002 estabeleceu, entre outros, o mecanismo para a compensação das perdas com o racionamento através de reajuste tarifário extraordinário vigente desde 27/12/2001, o qual para a Eletropaulo representou um aumento médio de 5,6% (2,9% residencial, 7,9% outros). Obedecendo ao regime de competência e às determinações da Resolução 72 da ANEEL, de 07 de fevereiro de 2002, as empresas contabilizaram durante o período do racionamento uma receita a título da recomposição tarifária extraordinária. A Resolução 72 estabelece em detalhes o método de contabilização das medidas estabelecidas na MP 14, após tratativas com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários - e demais entidades de classe que atuam na normatização de procedimentos contábeis.

A recuperação das perdas relativas ao racionamento de energia elétrica foi calculada a partir da diferença entre a receita efetiva no período do racionamento e a receita estimada caso não houvesse racionamento. A metodologia utilizada para determinar essa receita foi a seguinte: consumo de energia elétrica esperado para 2001 (baseado no consumo em 2000, taxa de crescimento de mercado definida a partir da taxa de crescimento do PIB em 2001 e elasticidade do consumo de energia elétrica em relação ao PIB), multiplicado por uma tarifa média.

Conforme Resolução 31 da Aneel de 24/01/2002, as distribuidoras que tiveram o direito à recomposição extraordinária tarifária deverão pagar às geradoras, durante o período de vigência de racionamento, os valores dos contratos iniciais e equivalentes com redução. O fator de redução é obtido através da relação: consumo esperado do Brasil para as empresas que estiverem sob racionamento de energia em 2001 dividido pela somatória dos contratos iniciais e equivalentes das distribuidoras das mesmas.

O cálculo preliminar disponibilizado pela Aneel sinalizava uma redução de 2,341%. Entretanto, um trabalho realizado pela Abradee apontou que o fator de redução para o cálculo da recomposição tarifária extraordinária das empresas seria de 6,64%, sendo, portanto tais valores sujeitos a ajustes.

Tal efeito na alteração do fator de redução também ocasionou um ajuste nos pagamentos dos contratos iniciais. As distribuidoras pagarão aproximadamente 93,4% dos contratos iniciais referente ao período de vigência do racionamento a fim de garantir às geradoras a recuperação de suas receitas contratuais, ao invés de 97,6 % definido anteriormente pela Aneel.

Em 29/08/2002 a Aneel através das Resoluções nº 480 (recomposição de receita referente ao período de racionamento de jun/01 à dez/01) e nº 481 (recomposição de receita referente ao período de racionamento de jan/02 à fev/02) modificou o fator de redução a ser aplicado aos contratos iniciais durante o período do racionamento. Desta forma os valores previamente contabilizados de receita tarifária extraordinária e de despesa com energia elétrica comprada, foram ajustados para que estivessem de acordo com os valores homologados pela Aneel. Além disso, a Aneel homologou também em 29/08/2002:

- ✍ os montantes relativos aos itens da “Parcela A” (Resolução nº 482);
- ✍ os montantes relativos a Energia Livre (Resolução nº 483);
- ✍ a fixação dos prazos máximos de permanência da Recomposição Tarifária Extraordinária (Resolução nº 484).

Até setembro de 2002, o BNDES realizou dois adiantamentos referentes às compensações das perdas do racionamento entre junho a dezembro de 2001 e das Variações da “Parcela A” entre janeiro a outubro de 2001. A primeira parcela de R\$ 278,3 milhões foi desembolsada em fevereiro de 2002 e a segunda – R\$ 734,2 milhões, em agosto de 2002.

II) MAE

O MAE - Mercado Atacadista de Energia Elétrica, uma empresa de direito privado, submetida à regulamentação por parte da ANEEL, foi criada através da Medida Provisória nº. 29 de 7 de Fevereiro de 2002 , em substituição à antiga estrutura da ASMAE.

O MAE é responsável por todas as atividades requeridas à administração do Mercado, inclusive financeiras, contábeis e operacionais, sendo as mesmas reguladas e fiscalizadas pela ANEEL. Nele se processam as atividades comerciais de compra e venda de energia elétrica por meio de contratos bilaterais e de um mercado de curto prazo, restrito aos sistemas interligados Sul/Sudeste/Centro Oeste e Norte/Nordeste. O MAE não compra ou vende energia e não tem fins lucrativos. Ele viabiliza as transações de compra e venda de energia elétrica entre os agentes de mercado.

O MAE tem suporte legal e regras de funcionamento determinadas pela ANEEL, previstas na Convenção de Mercado.

Pontos importantes da liquidação financeira definida pela Resolução nº610 da Aneel de 06 de novembro de 2002 e recentemente atualizada pela Resolução nº763 da Aneel, de 20 de Dezembro de 2002:

- ✍ A liquidação será efetuada pelos valores líquidos de cada Agente;
- Valores para a liquidação financeira dos contratos de energia de curto prazo não sofrerão correção monetária pelo IGP-M até a data de liquidação, e a partir do vencimento até a data efetiva do pagamento será cobrada correção monetária (IGP-M) pró-rata;
- ✍ O Agente de Mercado que deixar de liquidar seus débitos na data do respectivo vencimento incorrerá em multa de 5% e juros de mora de 1% ao mês, a partir do vencimento até a data efetiva do pagamento;
- ✍ Utilização do Banco do Brasil como o *clearing*, onde os Agentes do setor terão que ter uma conta especial para os pagamentos.

A liquidação do saldo remanescente de 50% das transações realizadas no âmbito do MAE referente ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, ocorrerá após a conclusão da auditoria contratada para examinar os valores informados pelo MAE. De acordo com a Resolução Aneel nº.552, de 14 de outubro de 2002, os valores não liquidados referentes ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre podem estar sujeitos a modificação dependendo da decisão do processo judicial em andamento, movido por determinadas empresas do setor, relativo a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho da Aneel nº 288, de 16 de maio de 2002, que teve como objetivo o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento em 2001, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

Pontos a serem resolvidos para que ocorra a liquidação financeira no MAE:

- ✍ Aprovação da Medida Provisória 66 de 29/08/2002 – que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança do PIS/PASEP na comercialização de energia;
- ✍ Liberação do adiantamento do BNDES para os Geradores.



III) Reestruturação Organizacional

A Eletropaulo está em fase de implementação de uma nova estrutura organizacional, visando maior eficiência operacional, administrativa e financeira. Foram criados oito novos cargos de Vice-Presidente Sênior, os quais estarão se reportando diretamente ao Presidente, Steven Clancy, e que passarão a ser responsáveis pelas seguintes áreas:

Operacional:

- Região Central – Charles Lenzi
- Região Oeste – Cyro Bocuzzi
- Região Leste – Eric Pendgraf
- Infraestrutura e Centro de Operações – Ricardo Vincens
- Financeira e Recursos Humanos – Jeff Safford
- Comercial – Derek Paton
- Regulatório, Relações Institucionais e com Investidores – Andrea C. Ruschmann
- Jurídico – José M. Meirelles

IV) Performance Operacional e Investimentos feitos em 2002

Nos últimos cinco anos, desde sua privatização, a Eletropaulo investiu R\$ 1,3 bilhões em sua área de cobertura e destinou para 2002 outros R\$ 180 milhões, os quais foram destinados principalmente, à segurança e à expansão da rede de distribuição e conexão de novos clientes. O número de consumidores da empresa aumentou de 4,7 milhões em Dezembro de 2001 para 5,0 milhões ao final de 2002. Tais investimentos permitiram à empresa manter um nível de atendimento de qualidade e compatível com os padrões estabelecidos pela Aneel.

IV) Reclassificação Contábil

Em atendimento às práticas contábeis brasileiras a parcela de longo-prazo de alguns empréstimos da Companhia foram reclassificadas para o curto prazo, porém respeitando o cronograma de amortização dos contratos existentes. O montante da reclassificação foi de R\$1.435.882 no endividamento da Controladora e de R\$1.996.162 no endividamento Consolidado. Algumas dívidas foram reclassificadas em função do não cumprimento de índices financeiros previstos em contrato e outras tiveram sua reclassificação causada por descumprimentos em outros instrumentos contratuais ("cross-default"). A administração da Companhia está, atualmente, renegociando esses contratos de empréstimos, com a finalidade de rever os índices financeiros estabelecidos. A administração acredita que terá sucesso nesse processo de renegociação, que já se encontra em estágio avançado.

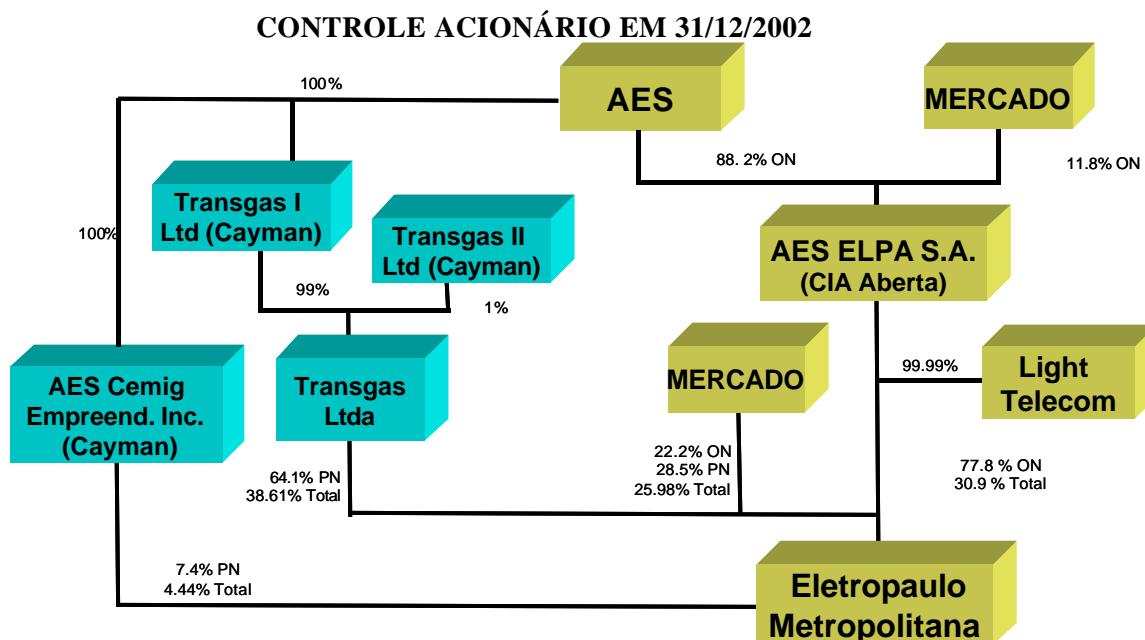
CONTROLE ACIONÁRIO

Em 6 de fevereiro de 2002 foi concluído o processo de reestruturação societária iniciado em 2000, com a venda das participações da Reliant, CSN e compra do bloco do BNDES. A Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Light") e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo") comunicaram ao mercado que, após a efetivação da redução do capital social da Light, (a) EDF International S.A. e sua controlada, LIDIL Comercial Ltda.. ("EDF") transferiram para (b) The AES Corporation e suas controladas, AES Coral Reef LLC, AES Treasure Cove Ltd. e AES Cemig Empreendimentos INC. ("AES"), 9.022.443.573 ações representativas do capital social da AES ELPA S.A. (atual denominação e tipo jurídico da LightGás Ltda.) ("AES ELPA") que foram recebidas da Light em razão da redução de seu capital social. Em contraprestação, AES transferiu 3.351.004.792 ações ordinárias da Light de sua propriedade, à EDF.

A referida permuta de ações consolidou a última etapa do processo de reestruturação das participações societárias detidas pelos Grupos EDF e AES no capital social da Light, da AES ELPA e, indiretamente, da Eletropaulo. Como consequência dessa reestruturação, conforme divulgado nos Fatos Relevantes de 6 e 23 de julho de 2001, a AES assumiu isoladamente o controle societário da AES ELPA com 88,21% das ações votantes e, indiretamente, da Eletropaulo, bem como da AES Communications Rio de Janeiro Ltda. (ex-Light Telecom Ltda); e a EDF assumiu isoladamente o controle societário da Light com 88,21% das ações votantes.

A reestruturação societária foi devidamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio dos Ofícios n°s 448, de 29.10.2001, 535 e 536, ambos de 10.12.2001, e pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, por meio do Ofício n° 607, de 13.12.2001.

Finalmente em 06/11/2002 após a aprovação da CVM da abertura de capital da AES ELPA as ações da mesma, se desvincularam das ações da Light, finalizando assim o processo de reestruturação societária. A negociação das ações da AES ELPA faz-se através do ticker AELP3 na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).



Controle Acionário da AES

68,6% ações ordinárias
71,5% ações preferenciais
70,3% capital total

AES ELPA e AES TRANSGÁS

Em abril de 1998, a Lightgás (atual AES Elpa) adquiriu a Eletropaulo por US\$ 1.777 milhões, tendo contraído o financiamento para 50% do preço mínimo, que na época era disponibilizado a todos participantes do leilão de privatização. O restante do valor pago no leilão foi aportado em forma de capital.

Posteriormente, em janeiro de 2000, o BNDES, através da sua subsidiária BNDESPar, realizou uma oferta pública de venda de ações preferenciais da Eletropaulo, então adquiridas pela AES Transgás, a serem pagas em 4 parcelas anuais. A AES Transgás adquiriu 64% das ações preferenciais da Eletropaulo por US\$ 1.154 milhões.

Ao longo do tempo, ambas as dívidas se mostraram insustentáveis, principalmente em função de serem indexados ao dólar, condição imposta pelo BNDES quando da aquisição das ações ordinárias. Com o tempo, tais dívidas se mostraram insustentáveis, devido ao fato de serem indexadas ao Dólar, condição imposta pelo BNDES quando da concessão desses empréstimos / parcelamentos.

A dívida da Elpa já foi renegociada com o BNDES duas vezes, e a da Transgás, na parcela referente ao BNDES, também já teve um de seus vencimentos postergados. Atualmente, a AES está em negociações com o BNDES, procurando uma solução definitiva para as dívidas das duas controladoras da Eletropaulo.

Segue abaixo um quadro com o cronograma de pagamento das respectivas dívidas. Vale mencionar que, caso as mesmas tivessem sido indexadas à TJLP, o saldo atual da dívida da Elpa e da Transgás seria 47% e 35% menor respectivamente.

Amortização	US\$ mm	Amort. Acum. %	R\$ mm	Amort Acum. %
Montante Inicial	888		1.013	
15/abr/01	170	19	370	37
15/out/01	172	39	479	84
15/abr/02	-	39	-	84
24-Jun-02 (Infovias)	28	42	78	92
Total Pago	370	42	928	92
15/out/02	85	50		
15/abr/03	217	75		
15/dez/03	217	100		
Saldo¹	548		1.918²	

Amortização	US\$ mm	Amort Acum. %	R\$ mm	Amort. Acum %
Montante Inicial	1.154		2.055	
25/jan/00	213	18	379	18
25/jan/01	298	44	589	47
25/jan/02	58	49	140	54
Total Pago	570	49	1.108	54
25/jan/03	329	78		
25/jan/04	275	100		
Saldo¹	626		2.190²	

NOTAS:

1 Saldos em 31/Jan/2003

2 Saldo em R\$ convertido pela taxa de R\$3.5/US\$

3 Pagamentos referem-se apenas à parcelas de principal, não incluindo os juros pagos

O quadro acima mostra que já foram pagos ao BNDES, R\$ 2.0 bilhões, de um valor original de R\$ 3.0 bilhões referente a AES Elpa e AES Transgás combinadas. O elevado saldo remanescente (R\$ 3.7 bilhões), resulta portanto do efeito das desvalorizações cambiais ocorridas nos últimos anos.

Por sua vez, as garantias de tais empréstimos, constituídas pela totalidade das ações adquiridas, sofreram uma forte desvalorização em função da deterioração do setor elétrico brasileiro nos últimos anos, além das condições macroeconômicas que elevaram a percepção do risco Brasil. No caso da Transgás, por exemplo, a despeito de já terem sido amortizados US\$ 600 milhões de sua dívida, e de ainda haver um saldo no mesmo valor, a totalidade das ações preferenciais adquiridas tem um valor de mercado atual de, aproximadamente, US\$ 150 milhões. No caso das ações ordinárias e da dívida da AES Elpa, tal deterioração também ocorreu, praticamente, na mesma proporção.

A Elpa e a Transgás têm hoje aproximadamente US\$ 1.1 bilhão em dívidas com o BNDES, vencendo integralmente nos próximos 10 meses. E por essa razão, encontram-se no momento buscando um processo de reestruturação das respectivas dívidas junto ao BNDES.

MERCADO em 2002

Comportamento de Mercado da Eletropaulo 2002

Dentro de um quadro de instabilidade econômica e de mudanças comportamentais dos consumidores herdadas do racionamento, o consumo total de energia elétrica da área de atuação da Eletropaulo fechou o ano, com o volume muito próximo ao registrado em 2001; ou seja, 32.497 GWh (1) em 2002, contra 32.563 de 2001, correspondendo à redução de 0,2%.

Os resultados da empresa, ficaram abaixo do consumo observado dentro do Estado de São Paulo, mesmo com o desempenho positivo das classes industrial e comercial, que apresentaram alguma capacidade de recuperação dos níveis históricos do consumo no período pós-acionamento.

Por outro lado, o segmento residencial da empresa, à semelhança das demais concessionárias do Estado, apresentou evolução negativa da ordem de 2%, basicamente em função de um quadro de queda generalizada nos rendimentos reais da população, da manutenção dos altos níveis de desemprego e das mudanças de hábitos de consumo. Essa condição inibiu uma retomada contínua do consumo após o término do racionamento, limitando-se a recuperação aos dois meses subsequentes a fevereiro de 2002.

A tabela 3 adiante demonstra os resultados do consumo total de energia elétrica da empresa, das demais concessionárias e do Estado de São Paulo, para os anos de 2000, 2001 e 2002.

Tabela 3
Eletropaulo e Estado de São Paulo
Evolução do Consumo Total de Energia Elétrica em MWh

Descrição	2000	2001	2002	2001/2000	2002/2001
Janeiro	2.968.833	3.023.057	2.390.990	1,83%	-20,91%
Fevereiro	3.045.804	3.161.066	2.486.666	3,78%	-21,33%
Março	3.225.811	3.092.333	2.790.316	-4,14%	-9,77%
Abril	3.180.779	3.235.833	2.822.710	1,73%	-12,77%
Maio	3.308.115	3.128.843	2.766.683	-5,42%	-11,57%
Junho	3.015.216	2.725.508	2.746.852	-9,61%	0,78%
Julho	3.131.492	2.185.047	2.596.313	-30,22%	18,82%
Agosto	3.139.461	2.238.995	2.695.824	-28,68%	20,40%
Setembro	2.976.375	2.424.003	2.700.159	-18,56%	11,39%
Outubro	3.290.909	2.523.749	2.840.089	-23,31%	12,53%
Novembro	3.144.771	2.415.075	2.805.429	-23,20%	16,16%
Dezembro	3.080.548	2.409.904	2.855.112	-21,77%	18,47%
Total Eletropaulo	37.508.114	32.563.414	32.497.143	-13,18%	-0,20%
Demais Concessionárias	59.463.886	54.138.000	54.060.000	-8,96%	-0,14%
Livres	968.000	1.074.000	1.902.000	10,95%	77,09%
Demais Concessionárias + Livres	60.431.886	55.212.000	55.962.000	-8,64%	1,36%
Estado de São Paulo	97.940.000	87.775.000	88.458.000	-10,38%	0,78%

Notas:

a) O consumo total inclui o consumo próprio.

b) O consumo das demais concessionárias exclui os consumidores livres.

c) Os consumidores livres referem-se aos controlados pela Secretaria de Estado de Energia de São Paulo, declarados pelas demais concessionárias.

Fontes: Eletropaulo e Secretaria de Estado de Energia de São Paulo.

É importante destacar, ainda, que os impactos do racionamento foram mais profundos em 2001 e mais prolongados em 2002, na área de atuação da Eletropaulo do que no restante do Estado de São Paulo, como pode ser observado na Tabela 3.1.

¹ Observação: Inclui Consumo Próprio. O mercado faturado da empresa em 2002 foi de 32.450,8 GWh e o Consumo Próprio 46,3 GWh

Tabela 3.1
Eletropaulo e Estado de São Paulo
Comportamento das Reduções de Consumo Médio Mensal nas Condições Durante e Pós Racionamento

	Reduções no Racionamento sobre a Média de 2000	Reduções no Pós- racionamento sobre a Média de 2000	Recuperações do Pós- racionamento em relação ao Racionamento
Residencial			
Eletropaulo	27,9%	16,7%	15,6%
Demais Empresas	25,9%	15,3%	14,4%
Estado de São Paulo	26,8%	15,9%	14,9%
Industrial			
Eletropaulo	21,9%	11,5%	13,2%
Demais Empresas	11,1%	1,2%	11,0%
Estado de São Paulo	14,1%	4,1%	11,6%
Comercial			
Eletropaulo	20,7%	7,8%	16,4%
Demais Empresas	18,0%	7,4%	13,0%
Estado de São Paulo	19,6%	7,6%	14,9%
Demais Classes			
Eletropaulo	10,0%	4,3%	6,3%
Demais Empresas	17,8%	4,4%	16,4%
Estado de São Paulo	15,4%	4,3%	13,1%
Consumo Total			
Eletropaulo	22,5%	11,6%	14,0%
Demais Empresas	16,5%	5,9%	12,7%
Estado de São Paulo	18,8%	8,1%	13,2%

Observações:

[1] Período de Racionamento = junho de 2001 a fevereiro de 2002.

[2] Período Pós-racionamento = março a dezembro de 2002

[3] Foi adotada a média do ano 2000, em razão da dificuldade de se obter as médias efetivas utilizadas pelas empresas na definição das metas de redução.

Fontes: Eletropaulo e Secretaria de Estado de Energia de São Paulo.

De maneira geral, a comparação entre as médias de consumo observadas durante o racionamento em relação às observadas em 2000, mostra que as reduções durante o período de racionamento foram mais intensas na Eletropaulo, do que nas demais concessionárias do Estado. No caso do consumo industrial, há uma forte discrepância entre as reduções registradas, o que pode ser explicado pelos diferentes impactos nos sistemas de faturamento da aplicação das Resoluções 13 e 22, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE - e pelo relaxamento das metas iniciais adotadas em algumas empresas. Somente no segmento das demais classes, a redução média ficou num nível inferior à do Estado, devido às dificuldades em uma atuação rápida nos sistemas de iluminação pública.

No pós-racionamento, a Eletropaulo continuou a apresentar dentro do Estado as maiores reduções em relação à média de 2000, sendo que há indicações que os demais concessionários quase recuperaram as perdas do racionamento, enquanto a Eletropaulo ainda exibiu uma diminuição de 11,5%. As demais classes apresentaram valores muito semelhantes em todas as empresas.

Em contrapartida, a recuperação das perdas do racionamento da Eletropaulo, é maior que o restante do Estado.

Figura1
Eletropaulo
Evolução do Consumo Total

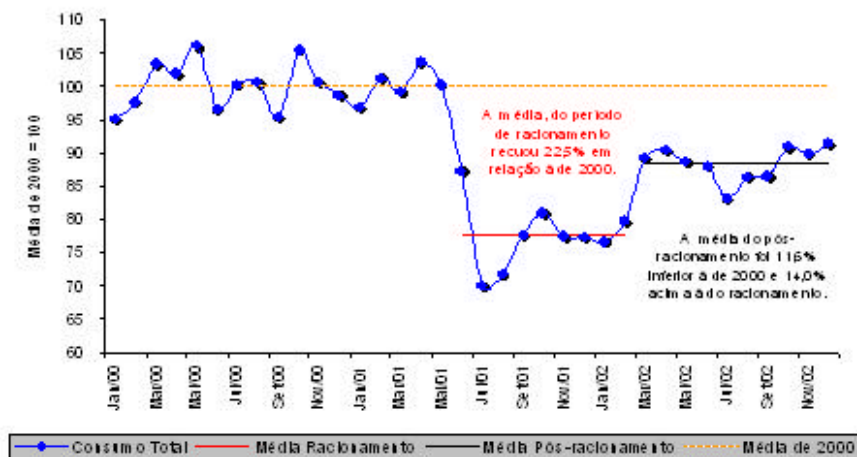
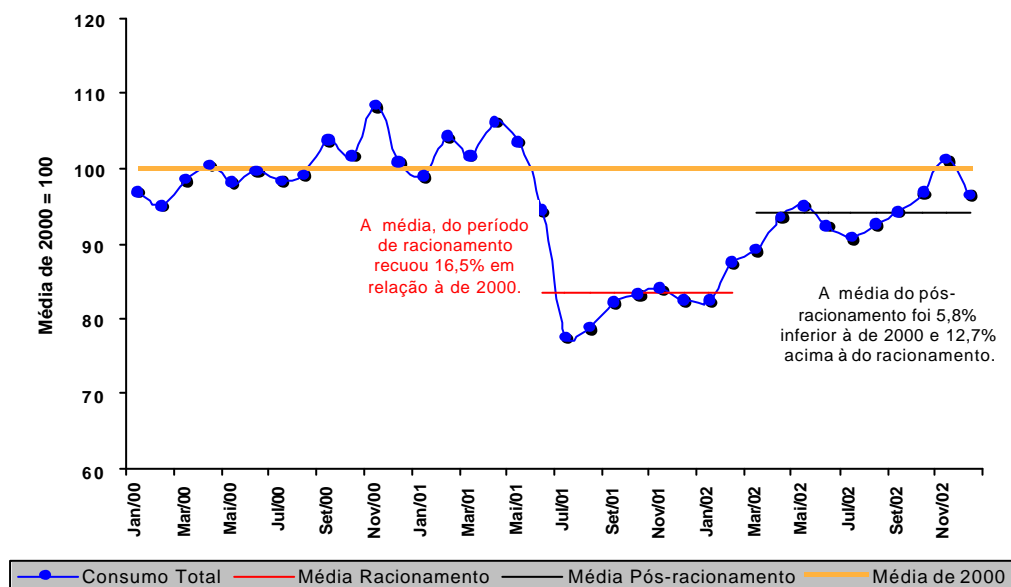
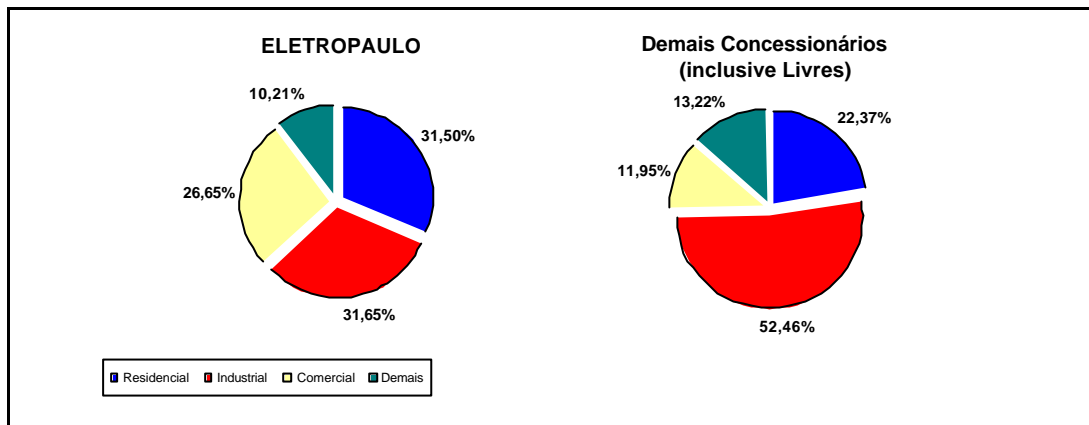


Figura 2
Demais Concessionárias do Estado de São Paulo
Evolução do Consumo Total



A diferença no comportamento do consumo médio da eletropaulo em relação às demais concessionárias do Estado como pode ser explicada pela distribuição de classes na sua estrutura de consumo, comparada às outras empresas.

Figura 3
Estrutura do Consumo em 2002



Como na Eletropaulo a classe residencial é muito representativa, os fortes efeitos do racionamento e dos fatores condicionantes da renda assalariada contribuíram com o maior aprofundamento na redução de consumo durante o racionamento e vêm provocando uma retomada mais lenta do consumo total da empresa no pós-acionamento.

Um outro reflexo bastante visível no mercado consumidor da Eletropaulo que merece ser destacado foi a alteração da estrutura do consumo faturado. O grupo A (Alta Tensão e Média Tensão) passou a ganhar representatividade, quer pela maior flexibilidade na aplicação das metas de redução quer pela maior capacidade de recuperação após o período de racionamento.

A Eletropaulo atende 24 municípios do Estado de São Paulo, incluindo a Capital, localizados na região mais desenvolvida do território nacional. Sua área de concessão representa apenas 0,05% do território nacional, entretanto apresenta a maior concentração de habitantes por quilômetros quadrados (3.247,9 hab/km²), compreendendo uma população de 15,2 milhões (69% dos habitantes da cidade de São Paulo) em uma área equivalente a 4.526Km². O consumo por quilômetro quadrado de 1.855 MWh¹ registrado 4º trimestre de 2002 na área servida pela Eletropaulo é significativamente superior ao apresentado por outras empresas de distribuição de energia.

Atualmente a empresa atende 5,0 milhões de consumidores, o que corresponde a um consumo aproximado de 8.499 GWh acumulado de outubro a dezembro de 2002 (mercado firme²). O consumo por cliente no 4º trimestre de 2002 foi de aproximadamente 1.677kWh².

Em 04 de julho de 2002 através do reajuste tarifário ordinário previsto pelo contrato de concessão, a Eletropaulo teve suas tarifas reajustadas em 14,24%, sendo 83% deste total relativo aos custos da Parcela A (não incluindo a CVA) e 17% referente aos custos da Parcela B. Tal reajuste tem impacto na receita da empresa a partir do 3º trimestre de 2002 até o 2º trimestre de 2003 (vide item “Reajuste Tarifário”).

TARIFA MÉDIA R\$/MWh	2.002				Acumulado 2002
	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	
RESIDENCIAL	208,11	213,18	239,58	233,54	224,19
INDUSTRIAL	123,45	125,06	149,34	144,14	135,28
COMERCIAL	188,59	185,81	212,92	210,96	199,69
DEMAIS	126,60	136,03	152,71	147,25	140,99
TOTAL	166,75	169,94	196,57	190,40	181,09

OBS: As tarifas acima são líquidas de ICMS e contemplam o reajuste extraordinário para recuperação das perdas com racionamento:

- ≈ 2,9% para consumidores residenciais (excluindo os consumidores baixa renda), rurais e iluminação pública.
- ≈ 7,9% para consumidores de outras classes.

Principais fatores que explicam as variações no consumo e faturamento:

≈ Consumo:

- ≈ Racionamento durante o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002;
- ≈ Novos hábitos de consumo após o racionamento,
- ≈ Crise econômica que afeta alguns setores da economia.

≈ Faturamento:

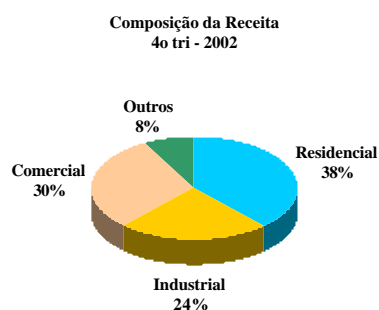
- ≈ Reajuste Tarifário de 4 de julho de 2002 de 14,24%;
- ≈ Reclassificação de consumidores para a faixa de Baixa Renda conforme os novos critérios da Resolução nº 485 da Aneel, a qual gerou um ajuste negativo de R\$ 28,9 milhões no faturamento da classe Residencial, no 4º Trimestre de 2002.

¹ Excluindo consumo próprio

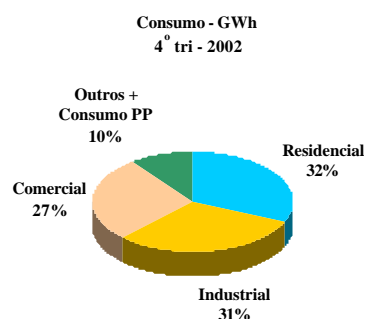
² Considera-se mercado firme o consumo total de energia faturado mais o consumo próprio de energia.

	4Tri01	3Tri02	4Tri02	Total %	4Tri01x4Tri02	3Tri02x4Tri02
Consumo - GWh						
Residencial	2.198	2.662	2.658	31,3%	20,9%	-0,2%
Industrial	2.420	2.385	2.686	31,6%	11,0%	12,6%
Comercial	1.940	2.106	2.281	26,8%	17,6%	8,3%
Outros + Consumo Próprio	791	839	874	10,3%	10,5%	4,1%
Total c/ Consumo Próprio	7.348	7.992	8.499	100%	15,7%	6,3%
Faturamento- R\$ Mil						
Residencial	436.323	637.918	620.722	38%	42,3%	-2,7%
Industrial	291.152	356.236	387.263	24%	33,0%	8,7%
Comercial	346.448	448.409	481.168	30%	38,9%	7,3%
Outros	89.552	126.370	127.287	8%	42,1%	0,7%
Total	1.163.476	1.568.933	1.616.440	100%	38,9%	3,0%

A **classe residencial** durante o ano de 2002 demonstrou um crescimento médio de 1,7% ao mês. Este crescimento médio é um dos fatores para o aumento da representatividade desta classe no consumo total em MWh no 4º trimestre de 2002 (31,3%). Comparando-se o consumo do 3º trimestre de 2002 com o do 4º trimestre de 2002 verifica-se um decréscimo de 0,2%, e se comparado com o mesmo período do ano anterior verifica-se um aumento de 20,9%. Em relação ao faturamento, devido à aplicação dos novos critérios da Resolução nº 485 da Aneel (regras para reclassificação do consumidor baixa renda) foi reconhecido um decréscimo no montante de R\$ 28,9 milhões na receita.



A **classe comercial**, com participação de 26,8% do mercado total, apresentou um aumento no consumo (MWh) em relação ao trimestre anterior de 8,3%. Este aumento ocorreu devido as festividades de final de ano, quando os estabelecimentos comerciais ficam aberto por mais tempo. Comparando o consumo verificado no 4º trimestre de 2002 ao realizado no 4º trimestre de 2001, verifica-se um aumento do consumo desta classe na ordem de 17,6%. Em relação à receita verifica-se um acréscimo de 38,3% comparando-se com o mesmo trimestre do ano anterior e uma evolução no faturamento de 7,3% comparando-se com o 3º trimestre de 2002.



No 4º trimestre de 2002, a **classe industrial**, apresentou um crescimento de 11% em MWh, e um aumento de receita de 33 %, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Comparando-se o 4º trimestre de 2002 com o trimestre anterior verifica-se um aumento de 9,3% em MWh devido ao aumento da atividade econômica (festas de final de ano), o que refletiu em um aumento no faturamento desta classe.

No 4º trimestre 2002 a **classe outros**, que inclui iluminação pública, rural, poderes públicos, tração elétrica, água e esgoto e consumo próprio, apresentou um acréscimo em consumo de 10,5% quando comparado ao período correspondente de 2001 e um aumento de receita de 42%. Quando comparamos com o trimestre anterior o consumo cresceu em 4,1% e a receita aumentou em 0,7%.

ANÁLISE DO TRIMESTRE/ANO

RESULTADO

O resultado de 2002 ainda foi marcado pelo efeito do racionamento, que se estendeu até Fevereiro 2002. Os efeitos gerados pelo racionamento ao longo de 2002 foram: mudança de hábito dos consumidores, conseqüentemente um menor volume vendido, comparado ao de 1998.

Além disso, o racionamento impactou o resultado de 2002 com ajustes contábeis feitos para refletir as efetivas perdas com o racionamento, como:

- ~~R~~\$ 127,8 milhões na receita bruta (positivos), reflexo da homologação dos valores da recomposição da receita referente ao período do racionamento de junho de 2001 à fevereiro de 2002 (vide item “Acordo Geral do Setor”);
- ~~R~~\$30,1 milhões (negativos) na despesa com energia elétrica comprada, devido à homologação dos montantes relativos à recomposição de receita do período do racionamento;
- ~~R~~\$11,9 milhões (positivos) referentes à contabilização de negócios de energia no curto prazo, previamente divulgados pelo MAE

Ainda reflexo do racionamento e resultado do “Acordo Geral do Setor” - os custos não-gerenciáveis puderam ser diferidos através do mecanismo de “Tracking Account” como: despesas com Conta de Consumo de Combustível (CCC), compra de energia de Itaipu e encargos de serviço do sistema, uma vez que tais custos serão recuperados via reajuste tarifário futuro. Este mecanismo gerou uma recuperação de despesas em 2002, no montante de R\$465,1 milhões.

No ano de 2002, a variação cambial foi um dos itens que tiveram forte impacto no resultado, devido à desvalorização cambial de 52,3% e pela diminuição do percentual de “hedge” sobre a dívida em dólar para 9% em 31/12/2002. Como conseqüência, o resultado foi impactado por uma variação cambial de R\$ 1.177 milhões.

Outro ponto de grande impacto no resultado de 2002 foi a Deliberação CVM nº 371. A Companhia, de acordo com esta Deliberação, optou por reconhecer no resultado do exercício dos próximos 5 anos a partir de 2002 o passivo atuarial não registrado apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$2.399 milhões. Tal montante transitará pelo Demonstrativo de Resultados na proporção de 1/5 por ano, de tal forma que tal obrigação esteja integralmente reconhecida no Balanço Patrimonial em 2007. Sendo assim, o resultado do ano 2002 foi impactado negativamente em R\$315,9 milhões.

Desta forma, a Eletropaulo encerrou o exercício social de 2002 com um prejuízo líquido de R\$ 871 milhões, 235% inferior ao resultado apresentado no ano anterior (lucro de R\$ 567 milhões), e um EBITDA de R\$ 849 milhões 45,4% inferior ao do ano anterior – R\$ 1.556 milhões.

O prejuízo apresentado no 4º trimestre de 2002 foi de R\$ 339 milhões e o EBITDA negativo de R\$119,3 milhões, foram ocasionados por:

- ~~R~~ Provisionamento de contingências trabalhistas no valor de R\$ 67,8 milhões;
- ~~R~~ Provisionamento de R\$ 70 milhões referente ao contrato de compra e venda do imóvel denominado Cetemeq;
- ~~R~~ Provisionamento para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 237 milhões o qual inclui o valor referente à Dívida da Prefeitura do Município de São Paulo R\$ 148 milhões;
- ~~R~~ Reconhecimento da parcela da dívida extra-patrimonial com a Fundação Cesp de R\$106 milhões.

Obs: Fundação Cesp e as Provisões feitas no 4º trimestre de 2002 não tiveram impacto no caixa da Empresa.

R\$ mil

Resultado Operacional Bruto Controladora	1 tri02	2 tri02	3 tri02	4 tri02
Residencial	598.102	755.269	829.928	801.571
Comercial	471.918	502.962	556.419	602.651
Industrial	379.492	410.217	445.375	490.236
Rural	589	612	701	693
Poder Público	40.326	52.024	58.312	56.482
Iluminação Pública	27.739	26.805	38.641	37.202
Serviço Público	45.293	46.775	52.877	58.813
Total de Fornecimento	1.563.459	1.794.664	1.982.252	2.047.647
Outros				
Recomposição tarifaria extraordinária	192.347	(103.059)	127.870	0
Amortização Recomposição tarifaria extraordinária	(63.949)	(77.767)	(84.459)	(89.364)
Energia Livre	0	42.619	(61.591)	0
Energia no Curto Prazo	27.596	92.241	17.194	25.627
Não Faturado	12.707	10.105	48.467	15.733
Outros	13.838	17.625	15.889	68.303
Total Outros	182.539	(18.236)	63.370	20.299
Total Res. Bruto	1.745.998	1.776.428	2.045.622	2.067.946
Deduções a Rec.				
ICMS por classe				
Residencial	(117.998)	(141.680)	(163.264)	(163.855)
Comercial	(84.904)	(90.486)	(98.228)	(105.570)
Industrial	(68.210)	(73.675)	(78.052)	(84.760)
Rural	(22)	(24)	(30)	(29)
Poder Público	(4.077)	(5.168)	(5.989)	(5.167)
Iluminação Pública	(4.993)	(4.495)	(6.570)	(6.405)
Serviço Público	(6.919)	(7.080)	(7.961)	(8.516)
Total ICMS por classe	(287.123)	(322.608)	(360.093)	(374.301)
Outras				
ECE	0	(57.262)	(53.226)	(56.905)
RGR	(15.287)	(15.287)	(20.943)	(17.752)
Outras	(63.308)	(62.150)	(72.230)	(76.148)
Total Outras	(78.596)	(134.700)	(146.399)	(150.805)
Receita Líquida	1.380.279	1.319.120	1.539.131	1.542.840

RESULTADO OPERACIONAL

4º Trimestre 2002 x 3º Trimestre 2002

A **receita bruta** no 4º trimestre de 2002 foi impactada:

- ⚡ Negativamente em R\$28,9 milhões devido a Eletropaulo aplicar os novos critérios do Programa Baixa Renda estabelecidos na Resolução da Aneel nº 485.

Recomposição Tarifária Extraordinária	
Saldo em 30/09/02	1.113.910
Ajuste decorrente da alteração do fator da redução	-
Recomp. Tarifária Extraordinária amortizada	(89.364)
Correção pela Selic	53.508
Saldo em 31/12/02	1.078.054

O impacto da CVA (Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A) no 4º trimestre de 2002 no resultado operacional da empresa foi positivo em R\$ 123,3 milhões, ou seja, a diferença entre a CVA Ativa e a CVA Passiva, mais as amortizações ativas e passivas da tabela abaixo:

	Saldo acumulado 3 Tri 02	CVA Ativa (*)	CVA Passiva(**)	Mutações da CVA		Correção de Selic no Ativo	Correção de Selic no Passivo	Saldo Final 4 Tri 02
				Amortização Ativa	Amortização Passiva			
CCC	21.011	6.840	(738)	(4.225)	2.286	1.590	(790)	25.974
Itaipu	284.233	93.701	(54.964)	(13.007)	6.831	7.612	0	324.406
ESS	25.843	108.677	(22.138)	0	0	0	0	112.382
Total	331.087	209.218	(77.840)	(17.232)	9.117	9.202	(790)	462.762

	Ativo (1) 3 Tri 02	Passivo (2) 3 Tri 02	Saldo acumulado (1 - 2) 3 Tri 02
CCC	43.743	(22.732)	21.011
Itaipu	304.727	(20.494)	284.233
ESS	25.843	0	25.843
Total	374.313	(43.226)	331.087

	Ativo(1) 4 Tri 02	Passivo(2) 4 Tri 02	Saldo acumulado (1 - 2) 4Tri 02
CCC	47.949	(21.975)	25.974
Itaipu	338.069	(13.663)	324.406
ESS	112.382	0	112.382
Total	498.400	(35.638)	462.762

(*) a despesa foi superior ao estabelecido na tarifa.

(**) a despesa foi inferior ao estabelecido na tarifa.

A **despesa com CCC**, no 4º trimestre de 2002 foi 16,9% inferior ao trimestre anterior. Esta redução é explicada por dois fatores:

1. A metodologia de contabilização da CVA;
2. Um ajuste referente a uma ação judicial que a empresa estava questionando em 2000, devido a mudança do valor da alíquota naquele ano. No 3º trimestre de 2002, a empresa retirou o questionamento judicial e efetuou o pagamento pendente de R\$ 65 milhões. Sendo assim, a empresa pôde diferir (R\$ 30.614 milhões) na CVA referente ao período de 2002/2003.

CCC contabilizada no 4Tri 02			
Mês	Valor a contabilizar	CVA	Valor Contabilizado
Outubro	21.475	(899)	22.374
Novembro	25.183	2.809	22.374
Dezembro	26.406	4.032	22.374
Total	73.064	5.942	67.122
Ajustes			
		Amortização ativa	4.225
		Amortização passiva	(2.286)
Total			69.061

Pagamento de CCC			
Mês de Referência	Valor pago	Valor c/ Cobertura	Diferença
Outubro	21.475	22.374	(899)
Novembro	25.183	22.374	2.809
Dezembro	26.406	22.374	4.032
Total	73.064	67.122	5.942

A **despesa com energia elétrica comprada** foi de R\$ 838 milhões 13,2% superior ao trimestre anterior. Este aumento pode ser explicado pelos seguintes fatores ocorridos no 3º trimestre de 2002:

decréscimo de R\$ 59,3 milhões devido a homologação pela Aneel (Resolução nº483 de 29/08/2002), dos montantes utilizados pelas distribuidoras na contabilização da Energia Livre referente ao racionamento. Este valor, entretanto, não tem impacto no resultado.

redução de R\$ 51,3 milhões devido a divulgação provisória dos montantes de energia no curto prazo pelo MAE, relativo ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002.

aumento de R\$ 31 milhões referente a contabilização da alteração do fator de redução devido a homologação pela Aneel (Resolução nº480 e 481 de 29/08/2002) dos valores relativos a recomposição de receita durante o racionamento.

		R\$ mil	
		3 tri 2002	4 tri 2002
Cesp	186.509	Cesp	179.235
Paranapanema	45.452	Paranapanema	43.562
AES Tietê	57.897	AES Tietê	55.267
Furnas	204.327	Furnas	196.530
EMAE	34.649	EMAE	32.961
ITAIPU	308.225	ITAIPU	311.649
Bilateral	13.725	Bilateral	19.712
Curto Prazo	(51.324)	Curto Prazo	(990)
Energia Livre	(59.343)	Energia Livre	-
Total	740.117	Total	837.927

Despesas com transmissão – no 4º trimestre de 2002 foram de R\$ 134,8 milhões, mantendo-se no mesmo nível do 3º trimestre de 2002.

R\$ Milhões		
	3 tri 2002	4 tri 2002
Rede Básica	95,9	95,8
Transporte Itaipu	11,0	11,0
Bandeirantes	2,5	2,8
Conexão	24,6	25,2
Total	134,0	134,8

Despesas com pessoal – durante o 4º trimestre de 2002 foram de R\$108 milhões, valor impactado por:

efeito da Fundação Cesp (Reserva a Amortizar) - R\$ 63,5 milhões;

Excluindo-se tal efeito (Fundação Cesp), a despesa de pessoal no 4º trimestre de 2002 seria de R\$44,5 milhões, 3,9% superior ao 3º trimestre de 2002.

Despesa com pessoal			
	3 Tri02	4 Tri02	V%
Total de Desp. com Pessoal(1)	107,4	108,0	0,6%
F. Cesp Reserva à Amortizar	(57,3)	(65,0)	13,4%
Desp. c/ pessoal sem F.Cesp (2)	50,1	43,0	-14,1%
Provisionamento PLR	(7,2)	-	
Itens extraordinários (3)	(7,2)	-	
Despesa c/ pessoal ajustado = (1-2-3)	42,8	43,0	0,4%

Despesa com Fundação Cesp no 4º trimestre 2002 foi 9,5% superior ao 3º trimestre de 2002. Isto se deve basicamente ao pagamento do 13º salário referente à Amortização de Reservas a Amortizar.

Fundação Cesp			
	3 Tri02	4 Tri02	V%
Contribuição como patrocinadora	1,7	2,0	17,8%
Programas assistenciais	3,3	2,7	-17,3%
Subtotal de Benefícios (1)	5,0	4,7	-5,3%
Amortização de reservas a amortizar	57,3	65,0	13,4%
Subtotal de Reservas à Amortizar (2)	57,3	65,0	13,4%
Total incluído como despesa de pessoal (1+2)	62,3	69,7	11,9%

Despesas de materiais e serviços de terceiros – apresentou um acréscimo de 20,5%, passando de R\$ 47,9 milhões para R\$ 57,7 milhões, correspondente ao aumento nas despesas de consultoria – R\$ 3,3 milhões, honorários advocatícios – R\$ 1,5 milhões e manutenção e conservação da rede - R\$2,6 milhões.

Outras despesas operacionais passaram de R\$53,2 milhões para R\$454,7 milhões. Este expressivo aumento deve-se a provisionamentos:

- ✂ para contingências trabalhistas no valor R\$67,8 milhões. Foram feitos com base no parecer de consultores jurídicos e históricos de acordos já homologados, para fazer face ao aumento de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários requerendo, em geral, o pagamento de horas extras, adicional periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares.
- ✂ de R\$ 70 milhões referente à discussão sobre o contrato de compra e venda do imóvel denominado Cetemeq, ocorrido durante o processo de cisão da Eletropaulo. De acordo com esse contrato, esse imóvel foi vendido pela Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica – EPTE (incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP) à Eletropaulo, pelo valor de R\$ 72 milhões. Com base em parecer de consultores jurídicos, decidiu-se registrar a contingência para fazer face à eventual julgamento desfavorável na ação ordinária.
- ✂ referentes a dívida da Prefeitura do Município de São Paulo de R\$148,3 milhões não incluídos até o momento na reconciliação e reconhecimento no Instrumento de Consolidação de Dívidas.
- ✂ referentes a revisão de provisionamento de créditos de liquidação duvidosos, aumentando o provisionamento de créditos de liquidação duvidosas em R\$ 88,8 milhões. Contudo, a inadimplência de consumidores manteve-se nos mesmo níveis históricos.

4º Trimestre 2002 x 4º Trimestre 2001

A *despesa com energia elétrica comprada* no 4º trimestre de 2002 foi 18,7% inferior, ao período equivalente ao do ano anterior, passando de R\$1.031,1 milhões para R\$ 837,9 milhões. Este decréscimo é explicado principalmente pela contabilização do valor preliminar de R\$ 359 milhões referente à Energia Livre.

Despesas com transmissão e utilização da rede básica elevaram-se em 27,9% quando comparadas com o mesmo período do ano anterior, passando de R\$105,4 milhões para R\$134,8 milhões. Este aumento deve-se principalmente ao reajuste nas tarifas de transporte - 32,18% - e conexão - 10,55% - ocorrido em julho de 2002, e também ao reajuste de 7,95% da tarifa de transmissão de Itaipu. Além dos fatores citados anteriormente esta conta foi impactada pela cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição da Bandeirante que não era cobrada anteriormente. Durante o 4º trimestre de 2002, tal despesa foi de R\$2,8 milhões.

No 4º trimestre de 2002 a *despesa com pessoal* aumentou em 21,4% se comparada ao mesmo período do ano anterior. O aumento verificado foi ocasionado por: reajuste salarial de 7% a partir de junho de 2002 e ao ajuste dos pagamentos referentes a Reserva a Amortizar da Fundação Cesp.

Despesas de materiais e serviços de terceiros: comparando-se o 4º trimestre de 2002 com o mesmo período do ano anterior verifica-se um decréscimo de 27,7% nessas despesas, resultando numa redução de R\$79,7 milhões para R\$57,7 milhões. Isto se deve principalmente ao fato de que no 4º trimestre de 2001 houve um incremento de R\$ 11,2 milhões em serviços de terceiros para manutenção (poda de árvores, reforma de transformadores, conservação de estações e linhas) e de R\$ 5 milhões de materiais de consumo de operação.

Outras despesas operacionais foram no 4º trimestre de 2002 de R\$ 454,7 milhões, devido a provisionamentos:

- ✂ para contingências trabalhistas no valor R\$67,8 milhões. Foram feitos com base no parecer de consultores jurídicos e históricos de acordos já homologados, para fazer face ao aumento de processos trabalhistas movidos por ex-funcionários requerendo, em geral, o pagamento de horas extras, adicional periculosidade e insalubridade e equivalência salarial para o desempenho de funções similares.
- ✂ de R\$ 70 milhões referente à discussão sobre o contrato de compra e venda do imóvel denominado Cetemeq, ocorrido durante o processo de cisão da Eletropaulo. De acordo com esse contrato, esse imóvel foi vendido pela Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica – EPTE (incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP) à Eletropaulo, pelo valor de R\$ 72 milhões. Com base em parecer de consultores jurídicos, decidiu-se registrar a contingência para fazer face à eventual julgamento desfavorável na ação ordinária.
- ✂ referentes a dívida da Prefeitura do Município de São Paulo de R\$148,3 milhões não incluídos até o momento na reconciliação e reconhecimento no Instrumento de Consolidação de Dívidas.
- ✂ referentes a revisão de provisionamento de créditos de liquidação duvidosos, aumentando o provisionamento de créditos de liquidação duvidosas em R\$ 88,8 milhões. Contudo, a inadimplência de consumidores manteve-se nos mesmo níveis históricos.

RESULTADO FINANCEIRO

4º Trimestre 2002 X 3º Trimestre 2002

As *receitas financeiras* passaram de R\$381,6 milhões para R\$11,4 milhões. O decréscimo da receita no 4º trimestre de 2002 deve-se aos ajustes negativos oriundos das operações de swap, devido à valorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 9,% no período, e à correção dos valores da recomposição tarifária extraordinária e dos itens da Parcela A pela SELIC.

As *despesas financeiras* passaram de R\$1.328,1 milhões no 3º trimestre de 2002 para uma receita de R\$54,9 milhões no 4º trimestre de 2002, devido principalmente às seguintes variações:

▮▮ *Encargos da Dívida em Moeda Nacional*: passaram de uma despesa de R\$ 18,9 milhões para uma receita de R\$59,1milhões. O decréscimo de tal despesa pode ser explicado pelas renegociações que ocorreram com o governo Estadual, Prefeituras e Metrô que geraram atualizações monetárias no montante de R\$ 80,6 milhões.

▮▮ *Ajuste a valor presente – contas a receber de longo prazo* : como parte do instrumento de consolidação de dívidas e encontro de contas entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo, foi registrado um desconto a valor presente da parcela de longo prazo do contas à receber mediante aplicação de uma taxa de desconto de 9% ^{aa}, resultando em uma despesa de R\$ 92,9 milhões.

▮▮ *Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira*: apresentaram um aumento de R\$58,3 milhões para R\$84,9 milhões. Isto se deve ao fato de que no 4º Trimestre 2002 foram finalizadas as negociações das dívidas que venciam no 2º semestre de 2002, onde foram realizados pagamentos de encargos no montante de R\$ 43,8 milhões.

▮▮ *Multas e Acréscimo Moratório*: passaram de R\$35,1 milhões para R\$31,3 milhões. A despesa desta conta basicamente refere-se ao provisionamento do PASEP que a empresa está questionando judicialmente.

▮▮ *Outras Despesas Financeiras*: As despesas desta conta referem-se principalmente ao pagamento de COFINS incidente sobre receita não operacional. A diminuição da despesa com esta conta no 4º trimestre de 2002 é devido aos ajustes positivos qu e a empresa obteve com operações de swap cambial.

▮▮ *Variação Monetária em Moeda Nacional*: passou de R\$79,9 milhões para R\$109 milhões. Este aumento é explicado pelos seguintes fatores:

▮▮ Aumento do IGPM no 4º trimestre de 2002, que é o indexador da 7ª emissão de debêntures;

▮▮ Atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP;

▮▮ Variação monetária (CDI) das dívidas convertidas de dólar para a moeda local.

▮▮ *Variação Monetária em Moeda Estrangeira*: foi uma receita de R\$ 445,7 milhões no 4º trimestre de 2002 ocasionada principalmente à valorização da moeda local em 9% no período, embora dentro desta conta também esteja incluída a amortização do diferimento da variação cambial efetuado em 2001 no valor de R\$6,8 milhões.

Tal diferimento, feito de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente, reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203 milhões em 31/12/2001 referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período, sendo amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

4º Trimestre 2002 X 4º Trimestre 2001

As **receitas financeiras** no 4º trimestre de 2001 foram uma despesa de R\$440,7 milhões. Esta despesa ocorreu devido aos ajustes negativos que a empresa obteve com operações de swap devido à valorização do Real em relação ao Dólar de aproximadamente 13% no período. O mesmo efeito ocorreu no 4º trimestre de 2002, porém o impacto não foi tão forte devido a diminuição dos contratos de Hedge.

As **despesas financeiras** no 4º trimestre de 2002 e de 2001 apresentavam-se positivas em R\$54,9 milhões e R\$475,1 milhões respectivamente, devidos principalmente à valorização do real frente ao dólar nos respectivos períodos, tendo seus respectivos impactos em:

✂✂**Encargos da Dívida em Moeda Nacional:** passaram de uma despesa de R\$16,1 milhões para uma receita de R\$59,1 milhões. O decréscimo de tal despesa pode ser explicado pelas renegociações que ocorreram com o governo Estadual, Prefeituras e Metrô que geraram atualizações monetárias no montante de R\$ 80,6 milhões.

✂✂**Ajuste a valor presente – contas a receber de longo prazo :** como parte do instrumento de consolidação de dívidas e encontro de contas entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo, foi registrado um desconto a valor presente da parcela de longo prazo do contas à receber mediante aplicação de uma taxa de desconto de 9%^{aa}, resultando em uma despesa de R\$ 92,9 milhões.

✂✂**Encargos da Dívida em Moeda Estrangeira:** apresentaram uma redução de R\$90,3 milhões para R\$84,9 milhões. Isto se deve ao fato de que no 4º Trimestre 2002 foram finalizadas as negociações das dívidas que venciam no 2º semestre de 2002, tiveram pagamentos parciais e conversão de 85% do seu principal para R\$.

✂✂**Multas e Acréscimo Moratório:** passaram de R\$11,5 milhões para R\$31,3 milhões. A despesa desta conta elevou-se devido à reclassificação da COFINS no 4º Trimestre de 2001 para outras despesas financeiras.

✂✂**Variação Monetária em Moeda Nacional:** passou de R\$79,9 milhões para R\$109 milhões. Este aumento é explicado pelos seguintes fatores:

- ✂✂ Aumento do IGPM no 4º trimestre de 2002, que é o indexador da 7ª emissão de debêntures;
- ✂✂ Atualização do IGPDI referente à Confissão de Dívida da Fundação CESP;
- ✂✂ Variação monetária das dívidas convertidas de dólar para a moeda local.

✂✂**Variação Monetária em Moeda Estrangeira:** foi uma receita de R\$ 445,7 milhões no 4º trimestre de 2002 ocasionada principalmente à valorização da moeda local em 9% no período, embora dentro desta conta também esteja incluída a amortização do diferimento da variação cambial efetuado em 2001 no valor de R\$6,8 milhões.

Tal diferimento, feito de acordo com as Deliberações 404 e 409 da CVM de 27/09/2001 e 01/11/2001 respectivamente, reconheceu no Ativo Diferido uma despesa de R\$203 milhões em 31/12/2001 referente à variação da taxa de câmbio ocorrida no período, sendo amortizadas em quatro anos ou quando da realização, a partir do presente exercício.

Composição das Despesas Financeiras :

Consolidado

	4tri02	3tri02	4tri01
Receitas Financeira			
Rendas de Aplicações Financeiras	(43.780)	266.426	(472.461)
Outras	55.132	115.215	31.677
Subtotal	11.352	381.641	(440.784)
Despesas Financeira			
Encargos de Dívidas			
Moeda Nacional	59.089	(18.881)	(16.192)
Moeda Estrangeira	(84.872)	(58.353)	(90.383)
Multas e Acréscimos Moratórios	(31.253)	(35.069)	(11.577)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(126.000)
Ajuste a valor presente - contas a receber	(92.864)		
Outras	(5.680)	(33.638)	12.600
	(155.580)	(145.941)	(231.552)
 Variação Monetária/Cambial			
Moeda Nacional	(109.014)	(79.880)	68.550
Moeda Estrangeira	445.687	(1.424.823)	681.370
Subtotal	336.673	(1.504.703)	749.920
 Ganho Equivalência Patrimonial	(126.226)	322.569	(43.176)
 Total Despesa Financeira	54.867	(1.328.075)	475.192
 Resultado Financeiro	66.219	(946.434)	34.408

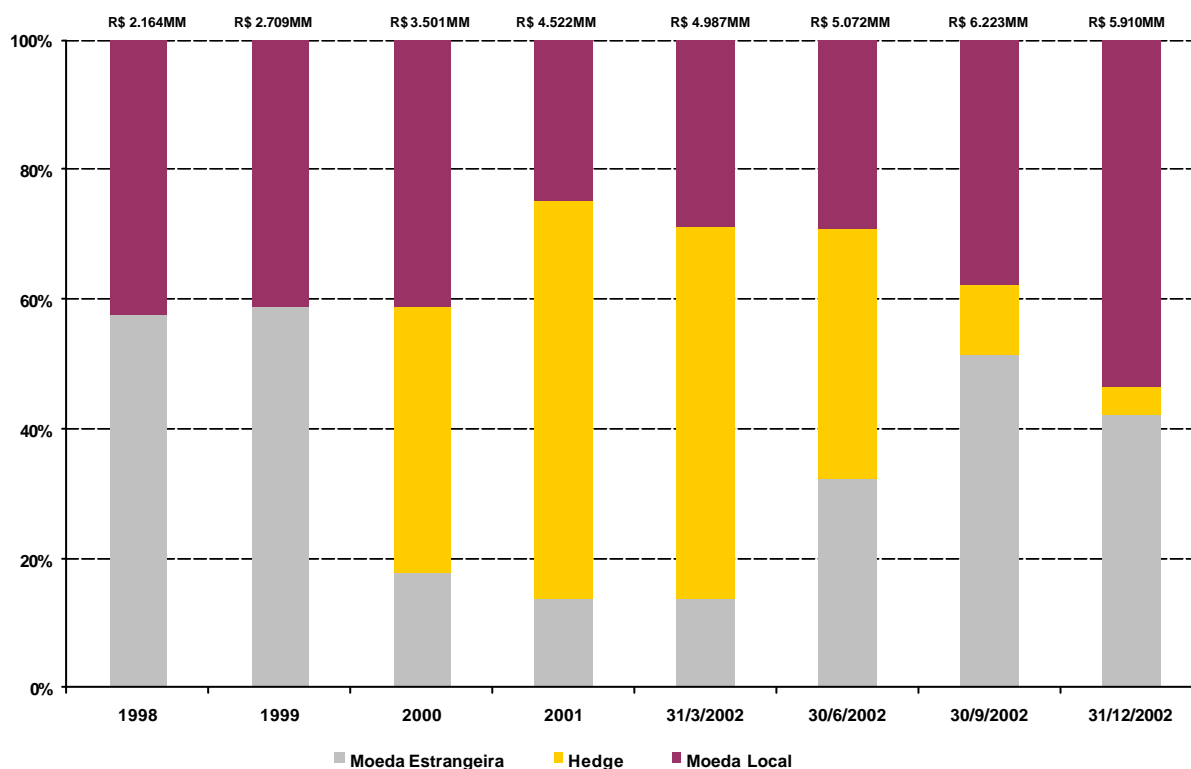
PERFIL DO ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO EM 31/12/2002

No 4º trimestre de 2002, venceram US\$ 95 milhões de operações de “hedge”, que não conseguiram ser imediatamente renovados, diante da escassez de linhas de crédito. Isso fez com que o percentual “hedge” da dívida em dólar consolidada caísse para 9,4% em 31/12/2002. Contudo, esta situação vem sendo revertida em 2003. Ao longo do 1 trimestre de 2003 foram fechadas novas operações de “hedge” no valor aproximado de US\$ 36 milhões.

Buscando minimizar o fato da indisponibilidade de operações de “hedge” em 2002, a empresa procurou diminuir a exposição de suas dívidas à variação cambial durante o processo de reestruturação das dívidas conduzidas em 2002. Do total das dívidas refinanciadas, no valor aproximado de R\$ 1,5 bilhões, e 66% foram convertidos para reais. O processo de reestruturação da dívida incluiu a conversão de uma parcela substancial do endividamento da empresa para Reais. O instrumento financeiro utilizado para a proteção é o “swap” de índices (dólarxCDI).

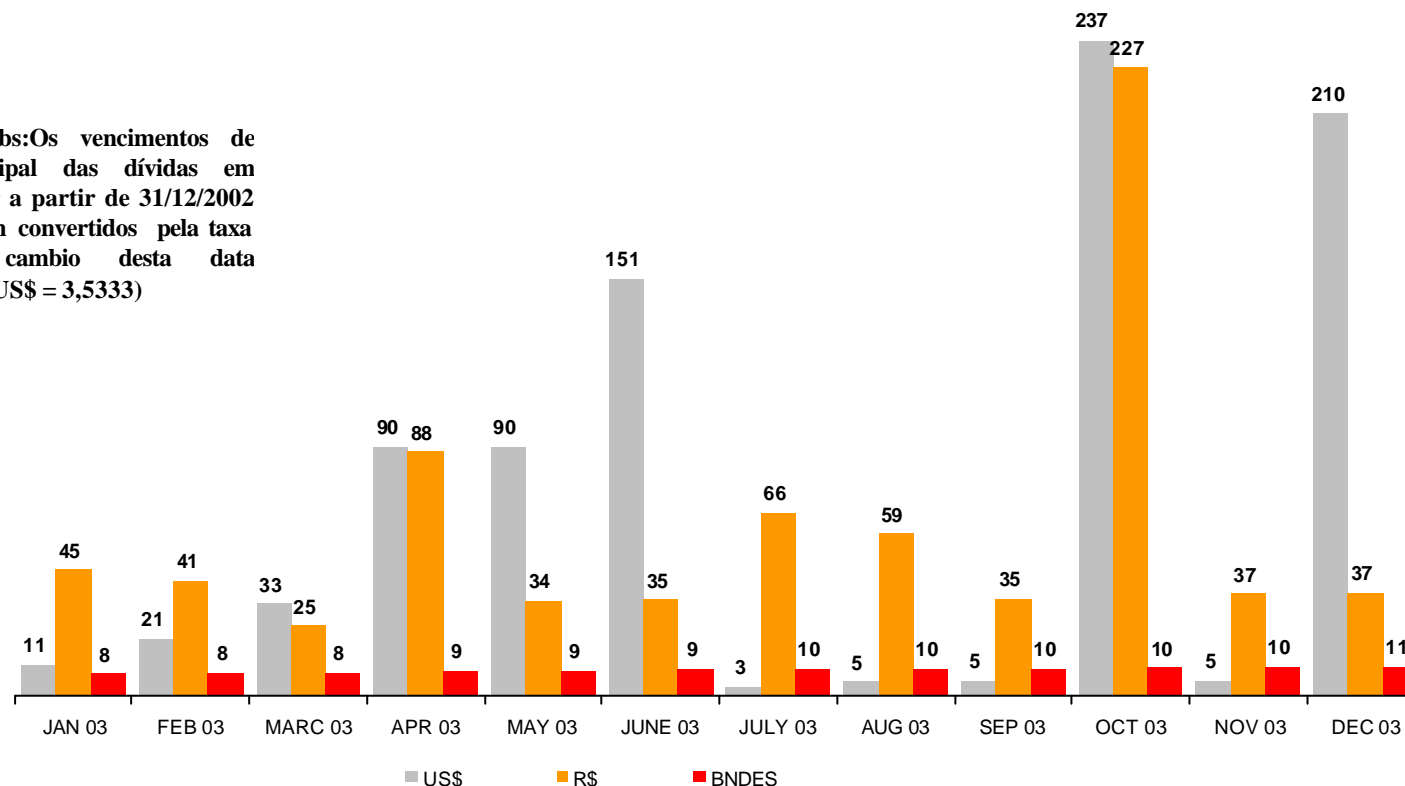
Dessa forma a empresa encerrou 2002 com apenas 46% das dívidas em US\$ vis-à-vis 75% de 2001.

	Valor US\$	Valor R\$
SWAP (1)	73.000	257.931
Dívida Consolidada (2)	776.895	2.745.002
% Protegido (1/2)	9,4%	9,4%



Vencimentos de Principal 2003(R\$ mm)

* Obs:Os vencimentos de principal das dívidas em dólar a partir de 31/12/2002 foram convertidos pela taxa de cambio desta data (R\$/US\$ = 3,5333)



A empresa pretende continuar sua estratégia de adequar o vencimento de sua dívida à sua geração de caixa através do alongamento dos prazos de vencimento de seus empréstimos. Como ocorrido no 1º trimestre de 2003 onde foram renegociadas:

2ª série das debêntures da 7ª Emissão- com a extensão do prazo final de amortização para setembro de 2004 e um incremento da taxa de juros de 12,2%aa para 14,5%aa.

extensão de uma dívida sindicalizada de US\$ 50 milhões, em condições mais compatíveis com a geração de caixa da Companhia. Prorrogando o prazo final da operação, que originalmente era dezembro de 2005, para dezembro de 2006.

	Curto Prazo	%	Longo Prazo	%	Total	%
Moeda Local	1.635.420	41%	1.529.353	81%	3.164.773	54%
Moeda Estrangeira	2.380.924	59%	364.078	19%	2.745.003	46%
Total	4.016.344	100%	1.893.431	100%	5.909.776	100%

Detalhamento do Endividamento

Em 31/12/2002 o endividamento da empresa era de R\$5,9 bilhões. Tal valor inclui o adiantamento de recursos referentes às perdas do racionamento feito pelo BNDES no valor de R\$842,9 milhões, cujos desembolsos ocorreram em fevereiro e agosto 2002. Este adiantamento será amortizado mensalmente através dos recursos obtidos com reajuste tarifário extraordinário concedido em 27/12/2001 corrigido por SELIC + 1% a.a, o que trará impacto nulo ao resultado financeiro da empresa, pois existe uma contrapartida na receita financeira uma vez que o ativo regulatório referente ao reajuste extraordinário de tarifa será corrigido pela mesma taxa (SELIC + 1% a.a).

O endividamento também contempla o valor de R\$442,5 milhões referente ao ajuste da Fundação Cesp, a ser reconhecido no Passivo de acordo com a deliberação 371 da CVM, o qual não tem impacto adicional de caixa (vide explicação no item Fundação Cesp).

Endividamento de Dívida Consolidada 31/dez/02						R\$ mil
Descrição	Moeda	Vencimento	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	105.867	583	
Floating Rate Notes	US\$	2001/2005	-	1.077.656	4.988	
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	39.767	268.072	853	
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	248.943	41.491	-	
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	523	52	11	
Deutsche	US\$	2001/2003	-	211.998	4.433	
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	74.191	19.526	127	
Lei 4131	US\$	2001/2004	654	1.307	30	
Empréstimo Bancário	US\$	2000/2005	-	176.666	294	
Linha de Financiamento Externo	US\$	2001/2004	-	353.330	7.641	
Credit Linked Note	US\$	2001/2009	-	105.999	-	
TOTAL MOEDA EXTERNA			364.078	2.361.963	18.960	
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2004	58.562	282.502	18.819	
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II - C	R\$	2003	-	141	-	
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II A +	R\$	1997/2008	425.801	89.563	-	
Capital de Giro	R\$	2002/2004	-	25.673	384	
Capital de Giro	R\$	2002/2004	-	53.427	749	
Capital de Giro - JP Morgan - Bradesco	R\$	2002/2004	-	700.590	13.224	
CVM 371	R\$	1997/2017	442.541	-	-	
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	28	37.107	-	
Consumidores	R\$	2003	1.630	11	1.376	
Conta Garantida	R\$	2002	-	23.000	-	
Finame	R\$	1999/2006	390	62.163	594	
BBA	R\$	2002/2004	51	562	107	
Capital de Giro - Banco do Brasil	R\$	2002/2003	-	72.250	1.215	
BNDES	R\$	2002/2005	597.476	219.895	25.500	
BELGO MINEIRA	R\$	0	883	-	-	
Leasing	US\$	2000/2003	2.233	6.326	-	
TOTAL MOEDA INTERNA			1.529.595	1.573.210	61.968	
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			5.909.775			

Endividamento de Dívida da Controladora 31/dez/02						R\$ mil
Descrição	Moeda	Início/Final	Montante (Principal LP)	Montante (Principal CP)	Montante (Encargos)	
Empréstimo Sindicalizado	US\$	2000/2002	-	105.867	583	
Floating Rate Notes - BankBoston	US\$	2001/2005	-	1.077.657	4.988	
Linha de Crédito Externo	US\$	1998/2009	2.049.314	-	-	
Euro - Commercial Papers	US\$	1999/2002	39.767	268.072	853	
Lei 7976/89	US\$	1995/2009	248.943	41.491	-	
Resolução 96/93 (Bib's)	US\$	1999/2013	523	52	11	
Deutsche	US\$	2001/2003	-	211.998	4.433	
Clube de Paris	US\$/FRF	1995/2006	74.191	19.526	127	
Intercompany Loan	US\$	2001/2002	-	31.800	-	
Lei 4131 - Oracle	US\$	2001/2004	654	1.307	30	
TOTAL MOEDA EXTERNA			2.413.392	1.757.769	11.025	
Debentures 7ª Emissão	R\$	2000/2004	58.562	282.502	18.819	
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II - Custo Atuarial	R\$	2003	-	141	-	
Fund . Cesp - Confissão de Dívida II A + Custo Atuar	R\$	1997/2008	425.801	89.563	-	
CVM 371	R\$	1997/2017	442.541	-	-	
Fundação Cesp - Outras Obrigações	R\$	2001	28	37.107	-	
Consumidores	R\$	2003	1.630	11	1.376	
Capital de Giro	R\$	2002/2004	-	25.673	384	
Capital de Giro	R\$	2002/2004	-	53.427	749	
Capital de Giro - JP Morgan - Bradesco	R\$	2002/2004	-	700.590	13.224	
Conta Garantida	R\$	2002	-	23.000	-	
Finame	R\$	1999/2006	-	54.461	594	
BBA	R\$	2002/2004	51	562	107	
Capital de Giro - Banco do Brasil	R\$	2002/2003	-	72.250	1.215	
BNDES	R\$	2002/2005	597.476	219.895	25.500	
BELGO MINEIRA	R\$		883	-	-	
Leasing	US\$	2000/2003	-	7.702	391	
TOTAL MOEDA INTERNA			1.526.972	1.566.884	62.359	
TOTAL GERAL (CP + LP + ENCARGOS)			7.338.401			

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O 4º trimestre de 2002 continuou apresentando-se positivo para a Eletropaulo com relação à continuidade das negociações de rolagem de dívida com vencimento no trimestre, de forma a adequar os vencimentos a seu fluxo de caixa. Do total da dívida vincenda neste período, a parcela mais relevante era de US\$ 100 milhões, referente a um programa de Euro Commercial Paper.

As rolagens das dívidas com vencimento no 4º trimestre de 2002 tiveram os seguintes resultados:

- ✂✂ Empréstimo Sindicalizado – US\$ 225 milhões – Eletropaulo concluiu em 29 de Novembro as negociações dos termos e condições finais do empréstimo sindicalizado liderado pelo JPMorgan, por 24 meses, contando a partir de Agosto de 2002, sendo 85% convertido para Reais.
- ✂✂ Working Capital –
- ✂✂ R\$ 85 milhões – em 7 de Outubro, a empresa acordou com o Banco do Brasil a amortização de 15% do principal, e o saldo restante foi alongado por 14 meses
- ✂✂ Euro Commercial Paper – Em 9.12.2002, venciam US\$ 100 milhões para os quais a Companhia realizou duas Ofertas Públicas de Permuta (Exchange Offer) contendo diferentes propostas de rolagem com prazos de vencimento variando de um a três anos e remuneração de 10% a 17%. O percentual de adesão das Ofertas de Permuta do Commercial Papers totalizou 98,7%.

Contabilização da Dívida “Off-balance” – Fundação CESP

A Companhia, de acordo com Deliberação CVM nº371, optou por reconhecer no resultado do exercício dos próximos 5 anos a partir de 2002 o passivo atuarial não registrado apurado em 31 de dezembro de 2001, no montante de R\$2.399 milhões. Tal montante transitará pelo Demonstrativo de Resultados na proporção de 1/5 por ano, de tal forma que tal obrigação esteja integralmente reconhecida no Balanço Patrimonial em 2007.

Vale mencionar que em função de tal dívida já ter sido objeto de negociação no passado, ela vem sendo amortizada desde outubro de 1997, com prazo estimado de liquidação em outubro de 2017. Conseqüentemente, tal contabilização não representará desembolso adicional de caixa para a empresa. A despesa adicional resultante desse ajuste contábil será contabilizada como item extraordinário (na conta Participações/Contribuições Estatutárias na Demonstração de Resultado), já líquido de impostos.

De acordo com a Deliberação 371 da CVM a contabilização durante o 4º trimestre de 2002 foi feita da seguinte forma:

✍ Creditou-se Passivo de Longo Prazo (Obrigações com a Fundação CESP) de aproximadamente R\$ 148,5 milhões contra Despesa Extraordinária de R\$106,0 milhões (líquido dos efeitos tributários)

✍ Adicionalmente, a amortização da dívida com a Fundação CESP (Reserva Matemática a amortizar) representou uma despesa no Resultado de aproximadamente R\$65,0 milhões.

O total reconhecido no passivo de Longo Prazo até 2002 é de R\$ 442.541 mil. Entretanto, com a nova avaliação atuarial elaborada por atuários independentes, seguindo os critérios pela Deliberação CVM nº 371 apurou-se um passivo atuarial não registrado no montante de R\$ 2.431 sendo R\$ 486 milhões ano.

Em 31 de dezembro de 2002, foi abatido do saldo da dívida o valor de R\$ 35,2 milhões decorrente do Superávit Técnico apontado na avaliação atuarial.

REAJUSTE TARIFÁRIO

Reajuste Tarifário julho/2002

Parcelas	%
A	Itaipu
	4,83
	RGR/CCC/Others
	2,16
	Suprimento nacional
	4,13
	CVA
	0,64
Total Parcela A	11,76
B	Varição IGPM
	2,48
Total Parcela B	2,48
Reajuste Total	14,24

A Eletropaulo, em 04 de julho de 2002, teve suas tarifas reajustadas em 14,24%, sendo deste total 75% relativo aos custos da Parcela A (não incluindo a CVA) e 25% referente aos custos da Parcela B.

O reajuste da empresa dividiu-se nos seguintes tópicos:

Encargos

Os encargos que estão contemplados na tarifa de 4 de julho de 2002 são os seguintes: RGR, CCC e TFSEE.

A **RGR** de 2002 teve sua cota modificada pela Portaria Interministerial de nº 25, de 24 de janeiro de 2002, que trata de mudanças nas datas da fixação da RGR de forma a haver concatenação com a data de reajuste tarifário anual para as concessionárias de distribuição de energia elétrica. No caso da Eletropaulo, a cota mensal fixada (Despacho nº 367 e 368 de junho de 2002) para o período tarifário foi de R\$ 6,8 milhões.

A cota de **CCC** para o ano de 2002 foi reduzida em função da redução do consumo de energia elétrica verificada após o término do racionamento e também devido a melhoria dos níveis de reservatórios das hidrelétricas reduzindo, desta forma, a utilização das usinas termoeletricas. Sendo assim a cota de CCC, que é calculada pela utilização das usinas termoeletricas, foi reduzida de R\$ 355 milhões (Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2002) para R\$268 milhões em 18 de junho de 2002 (Resolução nº325). Esta nova cota de CCC do ano de 2002 foi utilizada para compor o cálculo do reajuste tarifário de 4 de julho de 2002, sendo o valor de cobertura mensal relativo a despesa de CCC a ser utilizado até junho de 2003 será de R\$ 22.374 mil.

A TFSEE (Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica) – por decisão da Aneel teve os valores mensais relativos ao exercício de 2002 reduzidos para R\$ 929mil. É importante ressaltar que a TFSEE terá sempre seu reajuste concatenado com o das empresas de distribuição de energia.

Contratos Iniciais

A Eletropaulo teve seus Contratos Iniciais reajustados em média 11,23%, vide tabela abaixo:

Geradora	Tarifa de Energia (R\$/MWH)	Reajuste %	Resolução nº
CESP	51,78	8,42	371, de 3 de julho de 2002.
Paranapanema	51,01	8,73	372, de 3 de julho de 2002.
EMAE	44,95	10,89	375, de 3 de julho de 2002.
Furnas	62,81	15,22	376, de 3 de julho de 2002.
AES Tietê	50,83	9,10	377, de 3 de julho de 2002.



Itaipu

No reajuste tarifário de 4 de julho de 2002, o dólar utilizado para o cálculo da tarifa foi de 2,8444 (do dia 30/06/02), o que representa um aumento de 23,41% em relação ao dólar utilizado para o reajuste tarifário de 2001 (R\$/US\$ =2,3049). Vale ressaltar que a diferença devido a variação do dólar nos pagamentos de Itaipu está incluída na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (CVA), criada pela portaria Interministerial n° 296 de 25 de outubro de 2001.

Transmissão e Conexão

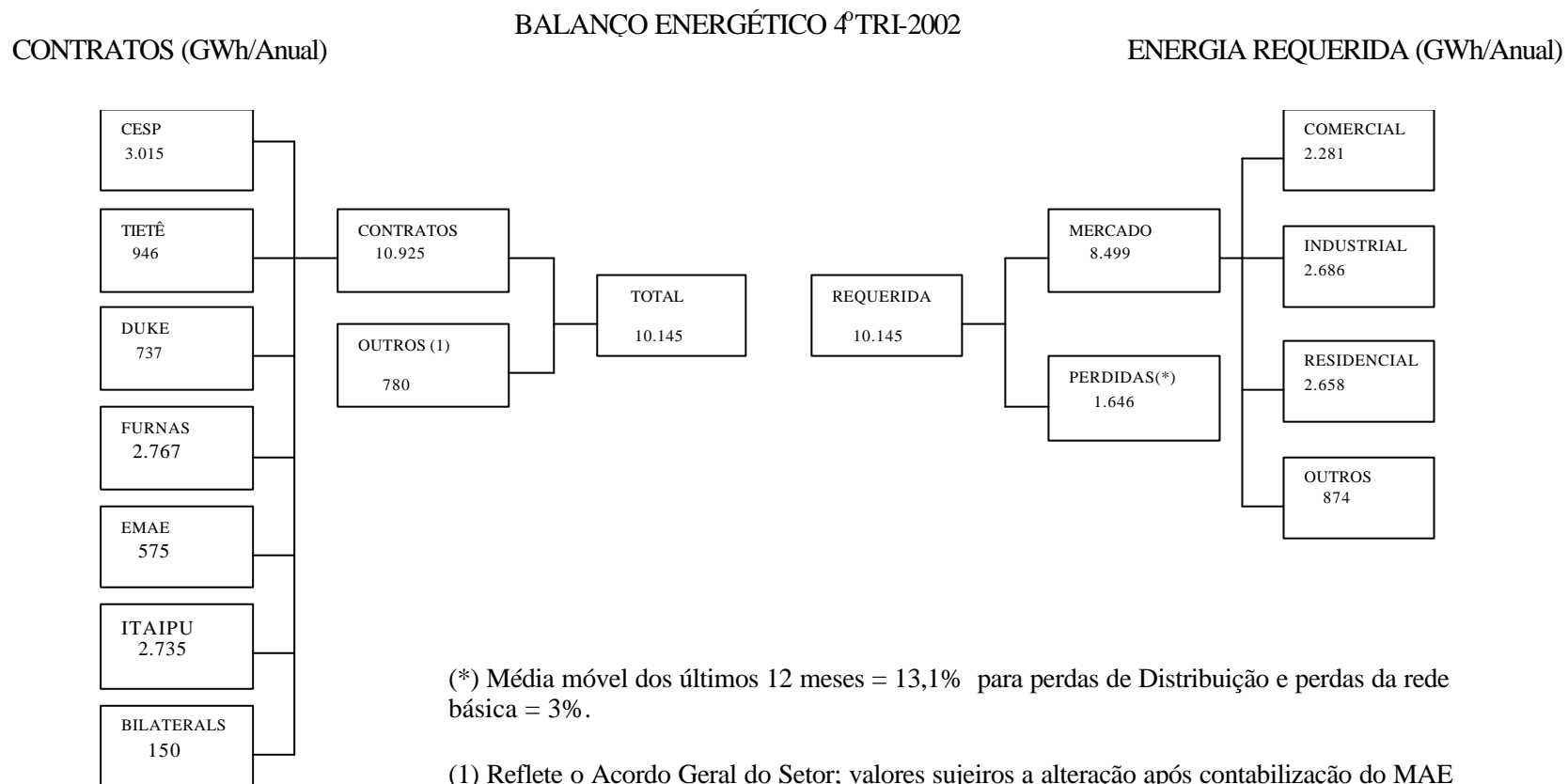
A Resolução n° 358, de 28 de junho de 2002, estabeleceu o valor das tarifas de uso das instalações de transmissão de energia elétrica para a Rede Básica e para o Transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu.

O novo valor da tarifa mensal da Rede Básica ficou estabelecido em R\$4.774,74/MW, um aumento de 32,18%, e o valor da tarifa mensal do transporte de Itaipu ficou fixado em R\$ 2.110,81/MW, o que representa um aumento de 7,95%.

A Eletropaulo utiliza duas empresas para fazer conexão com a Rede Básica: EPTE (Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A.) e a CTEEP (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), as quais tiveram sua receita anual estabelecida pela Resolução n° 374, de 3 de julho de 2002 conforme tabela abaixo:

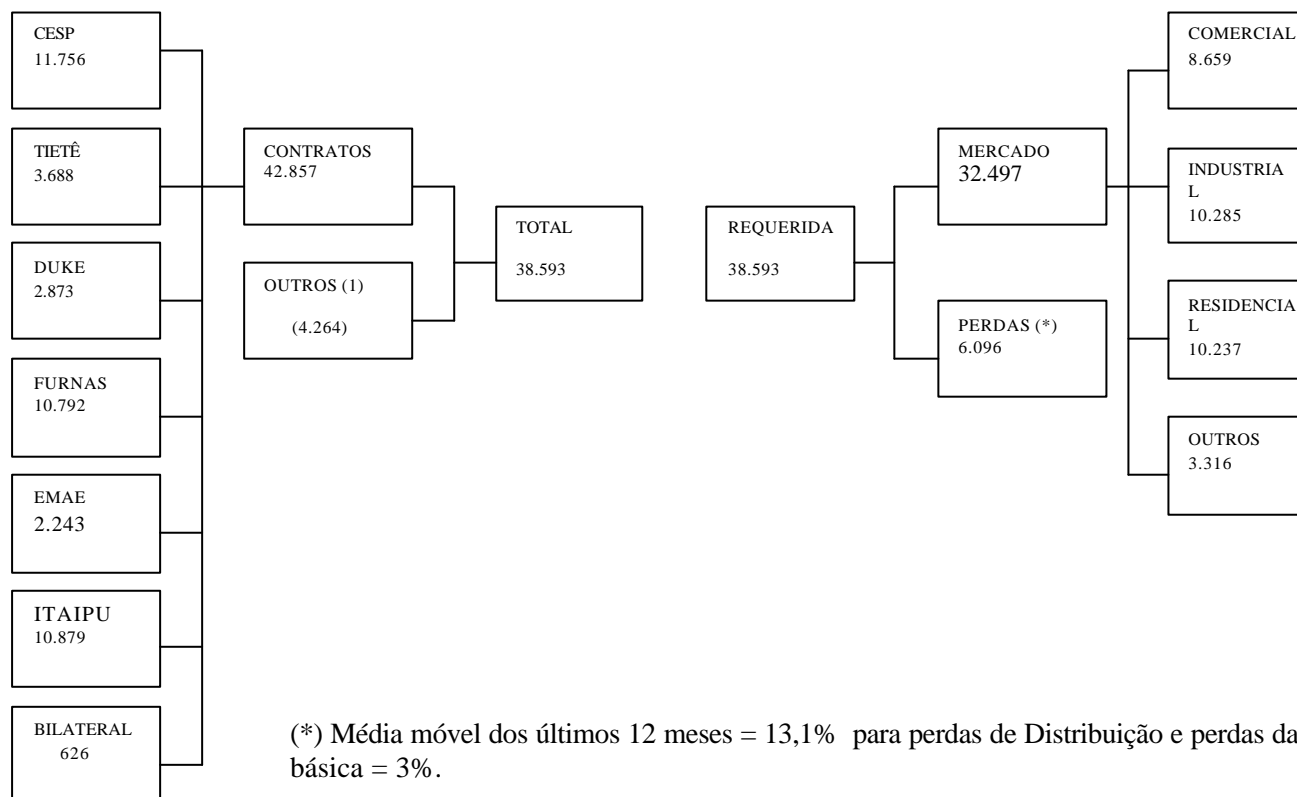
Empresa transmissora	Valores em R\$	% de aumento
EPTE	99.349.632,96	10,55
CTEEP	816.158,86	10,55

BALANÇO ENERGÉTICO



BALANÇO ENERGÉTICO

CONTRATOS (GWh/Anual) BALANÇO ENERGÉTICO ANUAL-2002 ENERGIA REQUERIDA (GWh/Anual)



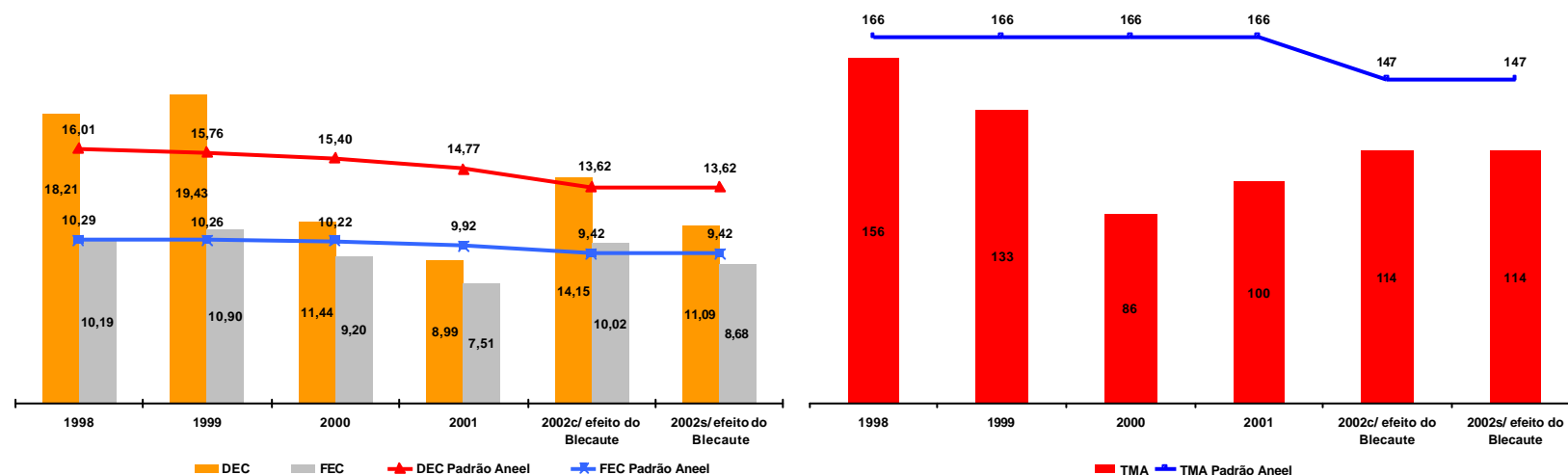
(*) Média móvel dos últimos 12 meses = 13,1% para perdas de Distribuição e perdas da rede básica = 3%.

(1) Reflete o Acordo Geral do Setor; valores sujeitos a alteração após contabilização do MAE

INDICADORES DE QUALIDADE

Em 21 de janeiro de 2002, ocorreu o rompimento de um dos quatro subcondutores do sistema de transmissão no trecho de Ilha Solteira - Araraquara, ocasionando um curto-circuito que levou o Sistema Sudeste a um processo oscilatório, demandando vários outros desligamentos automáticos, caracterizando uma situação de “blecaute” nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A interrupção de carga na área da Eletropaulo foi em média de 3h12m, impactando os indicadores de eficiência – DEC e FEC.

DEC/ FEC/TMA



Quadro de Pessoal

	1.998	1.999	2.000	4º Tri01	2.001	4º Tri02	2.002
Pessoal	7.668	6.646	5.851	3.982	3.982	3.881	3.881
Vendas Físicas (MWh) mês/ Empregado	387	444	533	615	680	722	697
Número de clientes / Empregado	574	673	791	1.192	1.192	1.292	1.292